



SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA: PRÁTICAS E REFLEXÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS

HEALTH OF THE BLACK POPULATION: COUNTER-HEGEMONIC PRACTICES
AND REFLECTIONS

Suiane Costa Ferreira ¹
Roberto dos Santos Lacerda ²

A saúde é um bem público global e um direito fundamental de todos os seres humanos. É um conjunto de condições individuais e coletivas, influenciado e determinado por fatores econômicos, políticos, ambientais e socioculturais (SEPPIR, 2011). Produzir saúde significa dizer que as pessoas têm o direito de ter uma vida saudável, sem doenças ou sofrimentos evitáveis ou morte precoce. Entretanto, nem todos os grupos populacionais possuem esses direitos. No Brasil, o racismo produz iniquidades, que repercutem em diversas dimensões de vida, inclusive sobre a saúde.

O racismo se caracteriza pela ausência de igualdade de reconhecimento e a oferta de oportunidades desiguais para a população negra e outros grupos discriminados em função da cor de sua pele, sua etnia e origem cultural. Ele define como a sociedade se organiza do ponto de vista social, econômico, político e também simbólico e, por consequência, se expressa, entre outras coisas, pela desigualdade na distribuição do poder, pela discriminação e injustiça (Lopes, 2019).

Camelo et al (2022) descrevem que as desigualdades raciais em saúde no Brasil são profundas e pretos e pardos (população negra) apresentam grandes desvantagens em relação aos brancos em diferentes desfechos relacionados à saúde como mortalidade infantil, razão de mortalidade materna, doenças infecciosas, doenças crônicas e comportamentos de risco à saúde. Dessa forma, a população negra no Brasil apresenta maior mortalidade por praticamente todas as causas quando comparado aos brancos e, conseqüentemente, menor expectativa de vida. Essas desigualdades são absolutamente desnecessárias, evitáveis e injustas e, portanto, são consideradas iniquidades.

¹ Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia. Professora no Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da Universidade do Estado da Bahia.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9884-5540> Email: sucacosta02@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe. Professor no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1279-9767> Email: robertosl3@hotmail.com



O Ministério da Saúde compreende a situação de iniquidade e vulnerabilidade que afeta a saúde da população negra e reconhece que o racismo vivenciado por esta população incide negativamente nos indicadores, comprometendo o acesso dessa população aos serviços públicos de saúde, já que a boa qualidade da saúde gera condições para a inserção dos sujeitos nas diferentes esferas da sociedade de maneira digna, promovendo sua autonomia e cidadania (Brasil, 2017).

No estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil 2008-2010) foi possível identificar que a prevalência de autoavaliação de saúde ruim entre os participantes foi de 19,7%. Entretanto, essa prevalência variou muito segundo raça/cor da pele, onde apenas 15% dos brancos avaliam sua saúde como ruim, entre pardos essa prevalência é de 24% e entre os pretos de 28% (Camelo et al, 2022).

Em 2005, a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde (CDS) da Organização Mundial de Saúde apresentou o conceito de determinantes sociais de saúde como um processo complexo no qual participam fatores estruturais e fatores intermediários da produção de iniquidades em saúde. Nele, o racismo está incluído como fator estrutural produtor da hierarquização social associada a vulnerabilidades em saúde (Werneck, 2016).

As práticas discriminatórias racistas da sociedade brasileira geram, entre outras coisas, grandes iniquidades de oportunidades, diminuindo as chances de pretos e pardos alcançarem os mesmos níveis de escolaridade, de renda, de emprego e moradia observada entre os brancos. Ressalta-se que esse processo acontece ao longo de todo o curso de vida, iniciando antes mesmo do nascimento, e impacta em toda a trajetória social dos indivíduos (Camelo et al, 2022). Segundo Jesus (2020), compreender o racismo como determinante social da saúde implica o reconhecimento de que o racismo constitui um entrave para a promoção da equidade na medida em que influencia o processo saúde-doença-cuidado-morte, favorece um quadro de morbimortalidade por doenças injustas e evitáveis e estimula a violação dos direitos humanos.

O racismo é o sistema produtor das fragilidades e desigualdades. Segundo Werneck (2016), o racismo sistêmico corresponde ao mecanismo estrutural de exclusão racial seletiva no acesso aos benefícios gerados pelo Estado e usufruídos pelos grupos raciais privilegiados. Desse modo, o racismo induz, mantém e condiciona a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas. Isto



é, o racismo é responsável por promover a exclusão seletiva dos grupos raciais subordinados por meio de “lógicas, processos, procedimentos, condutas, que vão impregnar a cultura institucional – o que, se não os torna invisíveis, faz parte da ordem ‘natural’ das coisas” (Werneck, 2016, p. 545). Assim, ele se constitui como um fabricante e multiplicador de vulnerabilidades que faz com que negros, no Brasil, tenham experiências desiguais de saúde quando comparados com os brancos.

Essa persistência das disparidades em saúde impõe sérios desafios à sociedade nos dias atuais. Os primeiros debates sobre a Saúde da População Negra nas ações governamentais, no âmbito estadual e municipal, se iniciaram na década de 1980 por pressão dos ativistas do Movimento Social Negro e pesquisadores, mas ainda temos muito que caminhar e produzir, pois o racismo não dá trégua.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, instituída pela Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, tem como marca o reconhecimento do racismo, das desigualdades raciais e do racismo institucional como determinantes sociais de saúde, e apresenta como objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais e o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços de saúde. No entanto, apesar dos avanços obtidos ao longo dos anos de implementação da política ainda é preciso que ela seja incorporada no cotidiano dos serviços para que de fato ela se torne mais efetiva.

Para Trad et al (2021), a superação das iniquidades raciais em saúde é um dos principais desafios na agenda de pesquisas e implementação de políticas e ações de promoção de justiça social no Brasil, sendo fundamental reunir evidências que demonstrem as múltiplas facetas e expressões do racismo e seus impactos sobre o processo saúde-adoecimento-morte das populações afetadas, assim como experiências e intervenções que colaborem efetivamente para uma melhor saúde da população negra brasileira. Posto isso, o presente dossiê pretende oportunizar o compartilhamento de práticas, vivências e reflexões que objetivam promover melhores condições de vida e saúde para a população negra em um movimento contra-hegemônico, fortalecendo assim a luta contra as iniquidades em saúde.



O primeiro artigo do dossiê intitulado 'Afetos e engajamento político: experiência familiar em uma associação de pessoas com doença falciforme' (Silva, Barsaglini & Paz, 2022) traz o debate sobre a Doença Falciforme, a doença hereditária monogênica mais comum no Brasil e que apresenta uma alta predominância entre os afrodescendentes. A invisibilidade dessa doença é fruto do racismo que vivemos, acarretando o desconhecimento da doença tanto pelo profissional, quanto pela população, e servindo como justificativa para os anos de omissão do Estado brasileiro a essa questão. Por isso, este texto apresenta as ações coletivas como das associações sociais enquanto importantes estratégias na luta pelos direitos coletivos conferindo visibilidade e voz política à comunidade negra com diagnóstico da doença falciforme no estado do Mato Grosso/Brasil.

O segundo artigo intitulado 'As vivências no sul e no sudeste do Brasil na perspectiva da enfermagem e da psicologia frente à descolonização na saúde pública brasileira' (Trindade Coelho & Rios, 2022) traz o relato de experiência de uma psicóloga que atua em uma favela de palafitas (São Paulo) e de uma enfermeira atuante na linha de frente da pandemia de COVID-19 em um hospital público (Rio Grande do Sul), e percebemos como ambas encontraram semelhanças nas suas vivências, ao identificarem o saber hegemônico na saúde, e a partir disso propõem uma discussão para além do sentido biomédico na produção de cuidados em saúde.

O terceiro artigo intitulado 'Pertencimento racial e primeira infância: relato de experiências sobre a valorização da cultura afro-brasileira através de atividades lúdicas' (Barbosa, Andrade Silva Marinho, Prates Santana, 2022) descreve uma intervenção realizada com crianças em idade escolar em uma instituição pública, em um bairro periférico na cidade de Salvador, com o intuito de contribuir para a valorização da diversidade étnico-racial e estimular o pertencimento racial de crianças negras, numa articulação intersetorial saúde-educação através de recursos lúdicos. Esse tipo de intervenção possui grande importância para as crianças negras, pois estão imersas em um currículo branco-centrado que apaga ou estereotipa o povo negro-africano. E para Amos Wilson (2022), não saber ou desconhecer a cor da pele não é sinal de saúde.



O quarto artigo intitulado 'A percepção da violência obstétrica por mulheres negras em uma USF em Salvador (BA) e os impactos observados' (Silva, Aquino & Travassos, 2022) aborda a temática do racismo obstétrico e das iniquidades em saúde das mulheres negras que surge como fruto do racismo estrutural que vivemos na sociedade brasileira. As mulheres negras são as mais expostas a sofrerem violências institucionais nos serviços de saúde, sendo as que mais morrem de morte materna, que pouco se beneficiam de analgésicos, recebem menos anestesia na hora do parto, são menos tocadas pelos profissionais de saúde na realização de procedimentos preconizados na consulta de pré-natal, levam mais tempo esperando atendimento e ficam menos tempo em acompanhamento pelo profissional. Este texto nos coloca à reflexão sobre a necessidade de aprimorar o atendimento nas maternidades, atuando de modo antirracista e com intervenção mínima no ciclo gravídico-puerperal.

O quinto artigo intitulado 'O (não)lugar de um(a) psicólogo(a) negro(a) na saúde mental: uma análise crítica de práticas (neo)coloniais em CAPS AD III' (Pina & Parreira, 2022) descreve como no período da pandemia da COVID-19 a situação de saúde mental da população negra se agravou e que esses são os corpos que mais procuram acolhimento e necessitam de intervenções no Centro de Atenção Psicossocial, contudo, as autoras abordam e analisam as práticas (neo)coloniais vivenciadas no cotidiano desse serviço de saúde e evidenciam a importância de estudos e pesquisas que considerem as variáveis raça e gênero, de forma interseccional para garantir melhor oferta de cuidados em saúde mental.

O sexto artigo intitulado 'Expressões do racismo institucional na atenção básica de saúde no município de Aracaju: um relato de experiência' (Feitosa & Almeida, 2022) discorre sobre as experiências profissionais na Atenção Básica de Saúde em Aracaju e aborda algumas expressões do racismo institucional nesse nível de atenção, levantando a problematização sobre as dificuldades de focalização da assistência à saúde da população negra, em flagrante inobservância à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Em 2019, dez anos após a criação da PNSIPN, apenas 27,8% dos 5.570 municípios brasileiros incluíam ações previstas no documento no plano municipal de saúde, segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2018, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por isso é muito importante avaliar como as distintas localidades estão operacionalizando a política.



O sétimo artigo intitulado 'Política pública, saúde e racismo: revisão integrativa da literatura' (Santos et al., 2022) teve como objetivo identificar a produção científica acerca das contribuições da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na elaboração de ações com foco na qualificação do cuidado em saúde através da formação e educação permanente dos profissionais que atendem a população negra; na saúde da mulher e o cuidado neonatal e infantil; no combate ao racismo estrutural; na articulação entre cultura e ancestralidade com as práticas terapêuticas cotidianas; e na pesquisa sobre as doenças de prevalência elevada na população negra.

No oitavo artigo intitulado 'Relato de experiência da pesquisa com jovens com doença falciforme de Feira de Santana-Bahia' (Silva et al., 2022) os autores avaliaram a aptidão física e biomarcadores em crianças e adolescentes com diagnóstico de doença falciforme no município de Feira de Santana (Bahia) para compreenderem as suas condições de saúde, pois as repercussões da inatividade física e consequente baixa aptidão física repercutem sobre a qualidade de vida, gerando um ciclo de comportamento hipersedentário e deletério. Importante destacar que esses jovens negros pertencem a famílias de baixa renda e baixa escolaridade e a produção de saúde neste contexto é condicionado pelo racismo estrutural na sociedade brasileira.

No nono artigo intitulado 'Prevalência de disparidades raciais na assistência pré-natal e no parto no Brasil no período entre 2007 e 2018' (Costa & Mascarello, 2022) realizou-se um estudo a partir dos dados secundários provenientes do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Brasil, no período de 2007 a 2018, a fim de avaliar as disparidades raciais na assistência pré-natal e no parto. O presente estudo é capaz de apontar que apesar de apresentar melhores índices no decorrer dos anos, as mulheres negras continuam com os piores desfechos quando comparadas às brancas, indicando o resultado do racismo e de toda sua estruturação no Brasil.

No último artigo do dossiê intitulado 'Amamentação em uma comunidade quilombola: um estudo transcultural' (Morais et al., 2022) os autores buscam compreender as influências culturais para a prática do aleitamento materno em uma comunidade quilombola. É importante lembrar que a amamentação representa uma forma muito particular de estabelecimento de um laço entre a mulher e a criança a partir dos corpos, por meio da conexão nutrícia entre eles, e todo esse processo está intimamente ligado aos fatores socioculturais da comunidade.



Dentro do capítulo das Diretrizes Gerais e Objetivos da PNSIPN, o item I descreve a necessidade da inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação inicial e educação permanente dos trabalhadores da área da saúde. Compreende-se, portanto, que, para alcançar efetividade ao disposto na PNSIPN, com relação à promoção da saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e nos serviços do SUS se faz necessário privilegiar a formação dos profissionais da área da saúde desde a graduação. Assim, frente a este compartilhamento de experiências, esperamos que o Dossiê seja de grande valia para estudantes, pesquisadores, gestores, trabalhadores e interessados na área, em prol da luta pelo combate ao racismo e às iniquidades em saúde.

Referência

Barbosa, A. P., Andrade Silva Marinho, G., & Prates Santana, J. (2022). Pertencimento racial e primeira infância: relato de experiências sobre a valorização da cultura afro-brasileira através de atividades lúdicas. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e13895. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/13895>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 36 p.

Camelo, L. V., Coelho, C. G., Chor, D., Griep, R. H., Almeida, M. D. C. C. D., Giatti, L., & Barreto, S. M. (2022). Racismo e iniquidade racial na autoavaliação de saúde ruim: o papel da mobilidade social intergeracional no Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA-Brasil). *Cadernos de Saúde Pública*, 38(1), e00341920

Costa, A. C. O., & Mascarello, K. C. (2022). Prevalência de disparidades raciais na assistência pré-natal e no parto no Brasil no período entre 2007 e 2018. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14204. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14204>

Feitosa, F. R. S., & Almeida, R. A. J. M. (2022). Expressões do racismo institucional na atenção básica de saúde no município de Aracaju: um relato de experiência. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14157. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14157>



Jesus, V. (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, 29(2), 1-15.

Lopes, Fernanda. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras. NEXO Jornal, 2019. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/Os-direitos-sexuais-e-reprodutivos-das-mulheres-negras>>.

Morais, A. C., Luz, M. L. S., Santana Oliveira, R. P. de, Martins, L. A., Moraes, V. de O., Moraes, A. C., Santos, L. S., & Amorim, R. da C. (2022). Amamentação em uma comunidade quilombola: um estudo transcultural. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e13924. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/13924>

Pina, M. M., & Parreira, F. R. (2022). O (não)lugar de uma psicóloga negra na saúde mental: uma análise crítica de práticas (neo)coloniais em CAPS AD III. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14193. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14193>

Santos, G. S. R., Paulino, G. B., Rocha, F. M., Luz, R. S., Santos, G. V. R., Dumas, R. B., Saidel, M. G. B., Santos, D. S. (2022). Política pública, saúde e racismo: revisão integrativa da literatura. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14537. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14537>

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (2011). Seppir. Racismo como determinante social de saúde. Brasília.

Silva, K. S. da, Barsaglini, R. A., & Paz, K. M. R. da. (2022). Afetos e engajamento político: experiência familiar em uma associação de pessoas com doença falciforme. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14209. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14209>

Silva, L. B. P. da, Mattos, I. G. de, Borges, C. de L., Santos, G. S., Silva, V. A. P. da, & Carvalho, E. S. de S. (2022). Relato de experiência da pesquisa com jovens com doença falciforme de Feira de Santana-Bahia. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14084. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14084>

Silva, T. V. S., Aquino, T. R. de, & Travassos, A. G. A. (2022). A percepção da violência obstétrica por mulheres negras em uma USF em Salvador (BA) e os impactos observados. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14539. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14539>

Trad, L. A. B., Silva, H. P., Araújo, E. M., Nery, J. S., Sousa, A. M. (2021). Saúde-doença-cuidado de pessoas negras: expressões do racismo e de resistência. Salvador: EDUFBA.



Trindade Coelho, C., & Rios, A. M. (2022). As vivências no sul e no sudeste do Brasil na perspectiva da enfermagem e da psicologia frente à descolonização na saúde pública brasileira. *Práticas E Cuidado: Revista De Saúde Coletiva*, 3, e14213. Recuperado de

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/saudecoletiva/article/view/14213>

Werneck, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-549.

Wilson, A. (2022). A psicologia do desenvolvimento da criança preta. São Paulo: Editora Poder Afrikano/Editora Ananse.